

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

## 1. OBJETIVO

1.1. A Política Antitruste da Cosan visa estabelecer regras e diretrizes para cumprimento irrestrito da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e à livre concorrência (“Lei de Defesa da Concorrência” ou simplesmente “Lei Antitruste”) (“Política”).

## 2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

2.1. A presente Política aplica-se a todos os Colaboradores da Cosan Limited e empresas do seu mesmo grupo econômico (suas Controladas, coligadas e afiliadas, doravante em conjunto ou individualmente denominadas simplesmente de “Cosan”) bem como a Terceiros.

## 3. DEFINIÇÕES

**(i) Agente:** é todo aquele que presta qualquer tipo de serviço terceirizado à Cosan e em seu nome sob regime de representação.

**(ii) Ato de Concentração:** São considerados atos de concentração (i) fusões de duas ou mais empresas anteriormente independentes; (ii) aquisição de controle ou de parte de uma ou mais empresas por outras; (iii) incorporações de uma ou mais empresas por outras; (iv) aquisição de determinados ativos tangíveis ou intangíveis; e (v) celebração de contrato associativo, consórcio, joint venture entre duas ou mais empresas. Consórcios ou associações formadas para participação em licitações promovidas pela administração pública não são considerados atos de concentração.

**(iii) Colaborador(es):** toda pessoa que mantém vínculo estatutário ou empregatício com a Cosan. São os integrantes do Conselho de Administração, dos Comitês Estatutários ou não Estatutários e da Diretoria Estatutária ou não Estatutária, bem como todos os empregados em tempo integral e temporário, empregados terceirizados e estagiários.

**(iv) Condutas anticompetitivas** – adoção de prática que busque ou potencialmente possa causar os seguintes efeitos: (i) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência; (ii) aumentar

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

arbitrariamente os lucros do agente econômico; (iii) dominar mercado relevante de bens ou serviços; ou (iv) exercer seu poder de mercado de forma abusiva.

**(v). Controladas:** empresas sobre as quais a Cosan detém o controle de forma direta ou indireta.

**(vi). Informações Concorrencialmente Sensíveis:** informações e dados não públicos, recentes e não suficientemente agregados, relacionados ao negócio e a estratégias comerciais e concorrenciais da empresa, que possam facilitar a coordenação com concorrentes ou viabilizar vantagens competitivas relevantes caso acessadas por um rival, tais como preços, custos, produção, clientes e fornecedores, capacidade, planos de negócio e de investimentos, entre outros, sem prejuízo da possibilidade de trocar informações no âmbito de negócios legítimos, observados os cuidados no sentido de dessensibilizar as informações sensíveis de um ponto de vista concorrencial.

**(vii). Poder de Mercado:** é a capacidade da empresa elevar seus preços acima do nível competitivo de mercado sem perder a sua clientela. Leva em consideração variáveis como a participação de mercado da empresa e as características do mercado e da concorrência, onde a elevação unilateral dos preços não recebe reação por parte dos concorrentes.

**(viii). Stakeholders:** engloba todo o público estratégico da Cosan e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse ou é impactado de alguma forma por uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento nestes.

**(ix). Terceiro(s):** os clientes, parceiros de negócios, agentes intermediários, procuradores, subcontratados e fornecedores de bens e serviços, diretos ou indiretos, da Cosan, bem como seus acionistas.

#### 4. PREMISSAS BÁSICAS

4.1. A Lei Antitruste tem como principal objetivo prevenir e reprimir infrações à ordem econômica, orientando-se pela liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico, preservando uma economia de livre mercado, em benefício da coletividade.

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

4.2. As entidades jurídicas devem agir de forma independente para a definição de preços, estabelecer níveis de produção, desenvolver vendas, criar estratégias de marketing, escolher mercados e selecionar clientes e fornecedores.

4.3. A não observação da Lei Antitruste estabelece punições severas para pessoas físicas e jurídicas, além de ações que podem ser movidas por entidades vitimadas por tais violações, portanto, os aspectos definidos nesta Política devem ser plenamente observados e cumpridos por todos os Colaboradores e Terceiros atuando no âmbito dos negócios da Cosan.

## 5. RELACIONAMENTO COM CONCORRENTES

5.1. Os Colaboradores e Terceiros não poderão, em hipótese alguma, manter entendimentos, acordos ou planos com qualquer concorrente, com intuito de manipular ou ajustar preços, dividir mercados ou clientes, restringir ofertas, fraudar licitações nem qualquer outra ação que apresente um risco diverso de condutas anticompetitivas, uma vez que tais ações podem vir a caracterizar infrações à ordem econômica e à livre concorrência.

5.1.1. São terminantemente proibidas as seguintes práticas, sem prejuízo de outras que possam configurar Condutas Anticompetitivas:

- Cartel: Realizar qualquer acordo ou prática combinada entre concorrentes para fixar ou manipular preços, dividir mercados ou clientes, estabelecer quotas ou restringir produção, adotar posturas pré-combinadas em licitação pública, ou que tenha por objeto qualquer variável concorrencialmente sensível. São proibidos não apenas cartéis que constituam combinações diretas e institucionalizadas entre concorrentes, mas também acordos ou práticas como as recém mencionadas que ocorram em outros ambientes, como em licitações, organizações de representação de classe ou outras associações.
- Compartilhamento de Informações Concorrencialmente Sensíveis: Compartilhar, entre concorrentes, ainda que sem a garantia de acordo/celebração de negócio, Informações Concorrencialmente Sensíveis;
- Influência a conduta uniforme: Promover, obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes, inclusive, mas não exclusivamente, no âmbito de associações comerciais ou de classe;

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

- Promover ou auxiliar que clientes, distribuidores ou revendedores coordenem sua atuação comercial.

5.1.2. Para evitar tais condutas, o Colaborador e o Terceiro, atuando em nome da Cosan, deverá tomar as seguintes precauções, dentre outras:

- (i) Caso a conversa/reunião (presencial ou não) da qual o Colaborador e/ou Terceiro participe com concorrentes caminhe para temas relacionados a Informações Concorrencialmente Sensíveis, o Colaborador e/ou Terceiro deve recusar-se a tratar do tema e, caso o interlocutor insista no assunto, deverá encerrar imediatamente o contato e, se possível, solicitar para que conste em ata o motivo de sua saída;
- (ii) Deve ser redobrada a atenção em reuniões e interações com concorrentes no âmbito de associações ou entidades de classe. Somente deve ser discutido aquilo que seja necessário para o interesse setorial e não devem ser trocadas Informações Concorrencialmente Sensíveis;
- (iii) Não devem ser buscadas Informações Concorrencialmente Sensíveis de outros concorrentes;
- (iv) Assinar termos de confidencialidade (*non disclosure agreements*) quando estiver negociando com concorrentes, delimitando o objeto da negociação e, quando for o caso, regras de conduta com o fim de evitar violações à Lei Antitruste;
- (v) Informações operacionais necessárias para eventuais negociações devem ser dessensibilizadas concorrentialmente (por exemplo, por meio de agregação e defasagem temporal), ou compartilhadas por vias adequadas e aceitas pela autoridade antitruste, como *clean teams* ou outros formatos;
- (vi) Devolver Informações Concorrencialmente Sensíveis recebidas indevidamente, apagá-las e informar ao remetente. Arquivar o e-mail informando que a mensagem foi deletada e comunicar o Departamento Jurídico.

5.1.3. Ainda, quando do advento de um processo licitatório em que a Cosan esteja participando, por sua vez, as seguintes condutas também são vedadas:

- (i) Definir ou sinalizar qualquer tipo de acordo com concorrente sobre apresentação ou supressão de propostas em concorrências ou licitações públicas, ressalvada a possibilidade de consorciamento, quando assim previsto na lei e no edital, motivado por razões legítimas e competitivas;
- (ii) Discutir previamente ou trocar informações específicas com concorrente acerca de determinada licitação, tais como, propostas, níveis de preço, estratégias comerciais, etc;

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

- (iii) Divulgar a um concorrente a eventual participação da Cosan em uma licitação;
- (iv) Submeter lances “protetivos”, nos quais os concorrentes acordam em submeter lances simbólicos para torná-los inaceitáveis;
- (v) Rodízio entre concorrentes para induzir a escolha do proponente que fará o melhor lance em uma licitação;
- (vi) Concordar em não participar de licitação ou retirar lances de modo a garantir que o lance de outro concorrente seja aceito;
- (vii) Concordar em subcontratar um concorrente sob condição de que ele irá se abster de entrar na licitação ou de que irá submeter um lance “protetivo”.

5.1.4. Atos de Concentração entre concorrentes também devem ser alvo de especial cuidado, conforme Item 7 abaixo.

## 6. RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

6.1. Nas relações entre a Cosan e Terceiros, também são necessários cuidados para evitar Condutas Anticompetitivas unilaterais e restrições verticais por parte da Cosan em face de concorrentes, clientes e fornecedores, que causem ou possam causar efeitos negativos à coletividade e aos consumidores, por meio do abuso de eventual poder de mercado ou outra posição vantajosa da Cosan,

6.2. Dessa forma, são terminantemente vedadas as seguintes condutas unilaterais, quando pautadas por fins anticompetitivos ou exclusionários, utilizando-se de poder de mercado ou posição privilegiada eventualmente detidos pela Cosan:

- (i) Firmar acordo de exclusividade ou se recusar a contratar com terceiros, por motivos alheios a escolhas legítimas e racionais de negócio;
- (ii) Fixar preços ou outras condições comerciais diferentes para o mesmo produto ou serviço, dentro de condições comerciais semelhantes, discriminando compradores ou fornecedores injustificadamente (“Discriminação”);
- (iii) Praticar preço predatório, assim entendido como a prática deliberada e injustificada de preços abaixo do custo visando eliminar concorrentes para, posteriormente, explorar o poder de mercado angariado com a prática predatória;

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

(iv) Fixar preços ou condições de revenda a ser praticado pelos distribuidores/revendedores de modo a gerar fixação ou coordenação de preços e variáveis concorrenciais, salvo situações específicas motivadas por razões legítimas de eficiência e de negócio, que não impliquem em efeitos anticompetitivos, e preferencialmente após consulta ao Jurídico;

(v) Ofertar um determinado bem ou serviço e impor, para a sua venda, que o comprador adquira um outro bem ou serviço (“Venda Casada”);

(vi) Adotar condutas para eliminar ou aumentar os custos de concorrente em um determinado mercado, quando tais ações não forem resultantes da atuação normal e legítima de negócio decorrente de maior eficiência.

## 7. ATOS DE CONCENTRAÇÃO

7.1. De forma a manter o equilíbrio do mercado e a competitividade, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), exerce o controle dos Atos de Concentração, sendo certo que tais atos, quando notificáveis nos termos dos arts. 88 e 90 Da Lei 12.529/11, devem ser submetidos à **aprovação prévia** do CADE, o que significa que, até a decisão final sobre o Ato de Concentração, os Colaboradores e Terceiros deverão observar as condições de concorrência entre as empresas envolvidas na operação, de modo a evitar a prática de “*Gun Jumping*”.

7.1.1. Nas operações sujeitas à aprovação do CADE, os Colaboradores e Terceiros, antes de decisão final e transitada em julgado da autoridade antitruste, não devem:

(i) Compartilhar com a outra parte, especialmente se concorrente, antes ou durante as operações societárias, Informações Concorrencialmente Sensíveis, salvo se dessensibilizadas concorrenciais (por exemplo, por meio de agregação e defasagem temporal), ou compartilhadas por vias adequadas e aceitas pela autoridade antitruste, como via *clean teams*, auditorias de *due diligence* ou outros formatos;

(ii) Integrar prematuramente as atividades das partes envolvidas na concentração, ou celebrar cláusulas nesse sentido, como, dentre outras, cláusulas de não concorrência prévia, que permitam a ingerência de uma parte sobre aspectos estratégicos dos negócios da outra, ou, de modo geral, que prevejam que não possam ser revertidas em um momento posterior, ou cuja reversão implique em dispêndio de uma quantidade significativa de recursos por parte dos agentes envolvidos ou da autoridade;

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

(iii) Realizar atividades que impliquem na consumação, ainda que parcial, da operação, como, em caráter exemplificativo, a transferência de ativos em geral, realização de pagamentos, integração de equipes, serviços ou produtos, exercício do direito de voto ou influência relevante sobre os negócios da outra parte e a interrupção de investimentos;

7.1.2. A inobservância das regras acima poderá caracterizar (i) a anulação da operação societária; (ii) na aplicação de multa entre R\$ 60.000,00 e R\$ 60.000.000,00; e (iii) abertura de processo administrativo para apuração de conduta contra a ordem econômica.

7.1.3. O departamento jurídico da Cosan deve obrigatoriamente ser consultado previamente sobre qualquer operação que eventualmente possa caracterizar um Ato de Concentração.

## 8. PENALIDADES

8.1. A violação às Leis Antitruste pode resultar em responsabilização civil e administrativa à Cosan, bem como em responsabilização criminal, civil e administrativa para as pessoas naturais envolvidas, por ação ou omissão relevante, em fatos ilícitos. Estas penalidades podem ser impostas por entidades governamentais brasileiras e estrangeiras, mesmo que o ilícito tenha ocorrido apenas em um País.

8.2. A suspeita de não observância dos procedimentos desta Política por Colaboradores ou Terceiros será apurada pelo Comitê de Ética dos Negócios ou Comitê de Auditoria e avaliada pelo Conselho de Administração ou equivalente, conforme previsto no procedimento de apuração interna.

8.3. Colaboradores eventualmente infratores estarão sujeitos às sanções disciplinares previstas na Política de Medidas Disciplinares e no Código de Conduta, sem prejuízo de a Cosan adotar as medidas administrativas, civis e penais cabíveis, conforme o caso.

8.4. Terceiros eventualmente infratores estarão sujeitos às sanções comerciais contratuais cabíveis, incluindo a imediata rescisão contratual, com aplicação das penalidades decorrentes da rescisão, sem prejuízo de ação indenizatória e outras providências legais cabíveis.

## 9. REPORTE E DÚVIDAS

	<b>Normas e Procedimentos</b>	Código:	0.00.00.007
	<b>Política Antitruste</b>	Responsável:	Compliance
		Emissão:	Junho/ 2020
		Classificação:	Interno/Externo

9.1. Constitui responsabilidade de todos os Colaboradores e Terceiros garantir o cumprimento desta Política. Indícios de descumprimento ou dúvidas acerca do cumprimento desta Política ou do Código de Conduta poderão ser reportados ao gestor imediato do Colaborador, ao departamento de Recursos Humanos, à Auditoria Interna ou ao Compliance ou por meio de um dos Canais de Comunicação disponíveis (0800 725 0039 ou [www.canaldeetica.com.br/cosan](http://www.canaldeetica.com.br/cosan)).

9.2. A Cosan não tolera qualquer retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação a esta Política ou ao seu Código de Conduta, sendo garantida a confidencialidade acerca da identidade de qualquer pessoa que comunicar eventual violação. A prática de retaliação é sujeita a medidas disciplinares que podem resultar, inclusive, no desligamento do Colaborador da Cosan ou encerramento de um contrato, conforme o caso.

## 10. REFERÊNCIAS

- i. Código de Conduta da Cosan;
- ii. Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011 (“Lei de Defesa da Concorrência”);
- iii. Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“Lei dos Crimes contra a Ordem Econômica”).

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A próxima revisão desta Política acontecerá no advento de mudanças de processo e/ou alteração de tecnologia (sistemas aplicativos), mudanças de diretrizes ou legislação vigente ou ainda por determinação da Diretoria emitente.

11.2. A presente Política será arquivada por 5 (cinco) anos, sendo descartada somente no caso de suas versões subsequentes estarem em uso (divulgadas) por no mínimo 5 (cinco) anos.

11.3. A presente Política revoga todas as disposições em contrário.

11.4. Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração.